



Às nove horas do dia nove de outubro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, CEZAR COLARES, ANTONIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; ausência justificada do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA INEZ GUEIROS**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*.

LEITURA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA: o Secretário Geral do TCM, Dr. Robson Figueiredo do Carmo, procedeu a seguinte leitura Plenária: *"Processo nº 201419213-00. O Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Guamá, Sr. Paulo Luis Rodrigues Nunes, encaminhou a esta Corte, fotocópias da Ata da 4ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo, realizada em 27.08.2014 e do ofício nº 159/2014 de 03/11/2014, que mantém o disposto nas Resoluções nº 11.051, 11.052, 10.820 e 10.882, deste Tribunal, que sugerem a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá, exercícios financeiros de 1997, 1998, 2006, 2009 e 2001, respectivamente. As Prestações de Contas dos exercícios financeiros: 1997, 1998, 2006 e 2009 são de responsabilidade do Gestor Vildemar Rosa Fernandes e o exercício financeiro de 2001 de responsabilidade do ex Gestor Guilherme Antônio da Costa"*. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 910012001-00; Prefeitura Municipal de Curionópolis; Prestação de Contas – Exercício 2001; Responsável: Sebastião Curió Rodrigues de Moura; Instrução: Auditor Alexandre Cunha e 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com recolhimentos, procedência da Denúncia e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela não aprovação da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Curionópolis, exercício de 2001, de responsabilidade do Sr. Sebastião Curió Rodrigues de Moura, que deverá proceder os recolhimentos, no prazo de 15 (quinze) dias: ao Tesouro Municipal: R\$-93.588,78 (noventa e três mil, quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e oito centavos), lançado à conta "Agente Ordenador", originada pela ausência de comprovante de despesa, caracterizado como desvio de recursos e dano ao Erário; R\$-2.394,00 (dois mil, trezentos e noventa e quatro reais), pelo pagamento sem comprovante dos serviços de transporte de material diversos; R\$-350,00 (trezentos e cinquenta reais), pela concessão de ajuda de custo para tratamento de saúde fora do Município, sem amparo legal; R\$-2.346,00 (dois mil, trezentos e quarenta e seis reais), pelas diárias pagas aos Gestores sem amparo legal; multa de R\$-18.000,00 (dezoito mil reais), correspondente a 15% da remuneração anual recebida pelo Prefeito, pelo atraso dos RGF's do exercício, com fundamento no Art. 5º da Lei nº 10.028/2000, multa de R\$-24.750,00 (vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta reais), correspondente a 10% do dano causado ao Erário pela realização de despesa sem licitação no Contrato firmado com a empresa ITEAI – Instituto de Tecnologia Aplicada a Informação, com fundamento no Art. 56 da LO/TCM/PA; FUMREAP, multas nos seguintes valores: R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), pela aplicação de recursos do FUNDEF com desvio de finalidade, descumprimento do Art. 60, § 5º do ADCT/88; não aplicação dos gastos mínimos com saúde, da*



CF/88, e pelas irregularidades nas contratações com dispensa de licitação (R\$-287.000,00), fundamentado no Art. 57, I, "b" da LO/TCM/PA; R\$-15.000,00 (quinze mil reais), pela remessa intempestiva dos RREO's do exercício; pelas divergências nos: Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstrações das Variações Patrimoniais; pela não remessa dos atos de abertura de créditos adicionais que gerou o descontrole da gestão orçamentária; não atendimento à solicitação de remessa dos extratos bancários em sua totalidade; não remessa do Parecer do Controle do FUNDEF com fundamento no Art. 57, inciso III, "a" da LO/TCM/PA; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual". **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Curionópolis, exercício de 2001, de responsabilidade do Sr. Sebastião Curió Rodrigues de Moura, que deverá proceder os seguintes recolhimentos, no prazo de 15 (quinze) dias: ao Tesouro Municipal: R\$-93.588,78 (noventa e três mil, quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e oito centavos), lançado à conta "Agente Ordenador", originada pela ausência de comprovante de despesa, caracterizado como desvio de recursos e dano ao Erário; R\$-2.394,00 (dois mil, trezentos e noventa e quatro reais) pelo pagamento sem comprovante dos serviços de transporte de material diversos; R\$-350,00 (trezentos e cinquenta reais), pela concessão de ajuda de custo para tratamento de saúde fora do Município, sem amparo legal; R\$-2.346,00 (dois mil, trezentos e quarenta e seis reais), pelas diárias pagas aos Gestores sem amparo legal; multa de R\$-18.000,00 (dezoito mil reais), correspondente a 15% da remuneração anual recebida pelo Prefeito, pelo atraso dos RGF's do exercício, com fundamento no Art. 5º da Lei nº 10.028/2000, multa de R\$-24.750,00 (vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta reais), correspondente a 10% do dano causado ao Erário pela realização de despesa sem licitação no Contrato firmado com a empresa ITEAI – Instituto de Tecnologia Aplicada a Informação, com fundamento no Art. 56 da LO/TCM/PA; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, multas nos seguintes valores: R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), pela aplicação de recursos do FUNDEF com desvio de finalidade, descumprimento do Art. 60, § 5º do ADCT/88; não aplicação dos gastos mínimos com saúde, da CF/88, e pelas irregularidades nas contratações com dispensa de licitação (R\$-287.000,00), fundamentado no Art. 57, I, "b" da LO/TCM/PA; R\$-15.000,00 (quinze mil reais), pela remessa intempestiva dos RREO's do exercício; pelas divergências nos: Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstrações das Variações Patrimoniais; pela não remessa dos atos de abertura de créditos adicionais que gerou o descontrole da gestão orçamentária; não atendimento a solicitação de remessa dos extratos bancários em sua totalidade; não remessa do Parecer do Controle do FUNDEF com fundamento no Art. 57, inciso III, "a" da LO/TCM/PA;. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Em seguida, o Conselheiro Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão. Houve a inversão da pauta com o julgamento dos processos de nºs 18 a 23: **Processo nº 200706250-00; Associação Carnavalesca "A Grande Família"; Prestação de Contas do Convênio nº 78/2006 e nº 07/2007, celebrado com a FUMBEL/PMB – Exercício 2006; Responsável: Haroldo Ney Mariz da Cunha; Instrução 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da**



83 Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
84 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas dos Convênios. A
85 matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu o seu **VOTO**. A Presidência
86 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas prestadas
87 por Haroldo Ney Mariz da Cunha, relativamente ao emprego das importâncias de R\$-12.000,00
88 (doze mil reais) e R\$-28.000,00 (vinte e oito mil reais), recebidos da Fundação Cultural do Município
89 de Belém - FUMBEL, nos termos dos Convênio nº 78/2006 e 07/2007, com a expedição dos Alvarás
90 de Quitação respectivos. **Processo nº 200709062-00; Centro Comunitário Boa Esperança;**
91 **Prestação de Contas do Convênio nº 015/2007, de 16.05.2007, celebrado com a SEMEC/PMB –**
92 **Exercício 2007; Responsável: Maria Célia Corrêa dos Santos; Instrução: 3º Controladoria; Ministério**
93 **Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo
94 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
95 pela regularidade das contas do Convênio. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira
96 Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
97 decidiu pela regularidade das contas prestadas por Maria Célia Corrêa dos Santos, relativamente ao
98 emprego da importância de R\$-14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais), recebidos da Prefeitura
99 Municipal de Belém, através do Convênio nº 015/07 firmado entre o Centro Comunitário Boa
100 Esperança e a Secretaria Municipal de Educação SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação.
101 **Processo nº 200804043-00; Centro de Organização dos Moradores do Bairro do Atalaia -**
102 **COMBAT; Prestação de Contas do Convênio nº 005/2007, de 16.05.2007, celebrado com a**
103 **SEMEC/PMB – Exercício 2007; Responsável: Rosivaldo de Lima Costa; Instrução: 3º Controladoria;**
104 **Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.**
105 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
106 manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira
107 Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
108 decidiu pela regularidade das contas prestadas por Rosivaldo de Lima Costa relativamente ao
109 emprego da importância de R\$-42.130,00 (quarenta e dois mil, cento e trinta reais), recebidos da
110 Prefeitura Municipal de Belém, através da Secretaria Municipal de Educação de Belém – SEMEC, com
111 a expedição do Alvará de Quitação. **Processo nº 200716382-00; Fundação Criança Feliz;**
112 **Prestação de Contas do Convênio – Exercício 2007; Responsável: Nilda Maria Paula Nunes;**
113 **Instrução: 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva;**
114 **Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
115 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas do Convênio. A matéria foi
116 colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
117 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas prestadas por Nilda
118 Maria Paula Nunes, relativamente ao emprego da importância de R\$-37.400,00 (trinta e sete mil e
119 quatrocentos reais), recebidos da Secretaria Municipal de Educação de Belém – SEMEC, nos termos
120 do Convênio nº 003/2007, com a expedição do Alvará de Quitação. **Processo nº 201004673-00;**
121 **Associação Cultural Caminho da Vida; Prestação de Contas do Convênio nº 011/2009 –**
122 **Exercício 2009; Responsável: Fidélis Junior Martins da Paixão; Instrução: 3º Controladoria; Ministério**



Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Convênio nº 011/2009, celebrado com a Prefeitura Municipal de Rondon do Pará relativamente ao emprego da importância de R\$-14.000,00 (quatorze mil reais), com aplicação de multa no valor de R\$-3.000,00 (três mil reais). **Processo nº 201120106-00; Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre**; Aposentadoria – Portaria nº 057/2012, de 14.08.2012; Interessada: Maria Wilma Magno dos Santos; Ministério Público: Procuradora: Maria Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato, com as recomendações constantes no voto da Relatora. Em seguida, a Conselheira Mara Lúcia retornou a Presidência da Sessão. Houve a inversão da pauta com o julgamento dos processos de nºs 2 a 17. **Processo nº 1040012008-00; Prefeitura Municipal de Tailândia**; Prestação de Contas de 2008 – Contas de Governo; Responsável: Paulo Liberter Jasper; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Tailândia a não aprovação das contas do Governo Municipal, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Paulo Liberte Jasper. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cesar Colares. **Processo nº 1040012008-00; Prefeitura Municipal de Tailândia**; Prestação de Contas de 2008 – Contas de Gestão; Responsável: Paulo Liberter Jasper; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Tailândia, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Paulo Liberte Jasper, com recolhimento no prazo de 30 (trinta) dias ao FUMREAP, das seguintes multas: R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 284, IV do RI/TCM pela remessa intempestiva do orçamento, prestação de contas do 3º quadrimestre e balanço geral; R\$-10.000,00 (dez mil reais), a título de multa, com base no Art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, pelas contas irregulares em função de grave infração a norma legal, referentes a despesas realizadas sem processos licitatórios; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual".* **Em votação**: o Conselheiro Aloisio Chaves, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das



163 contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Tailândia, exercício 2008, de responsabilidade do Sr.
164 Paulo Liberte Jasper, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por**
165 **maioria:** com recolhimento no prazo de 30 (trinta) dias ao FUMREAP, das seguintes multas: R\$-
166 5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 284, IV do RI/TCM pela remessa intempestiva do
167 orçamento, prestação de contas do 3º quadrimestre e Balanço Geral; R\$-10.000,00 (dez mil reais), a
168 título de multa, com base no Art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, pelas contas
169 irregulares em função de grave infração a norma legal, referentes as despesas realizadas sem
170 processos licitatórios. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP.
171 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cesar Colares. **Processo nº 680042007-00;**
172 **Serviço Autônomo de Água do Município de Santa Izabel do Pará;** Prestação de Contas –
173 **Exercício 2007;** Responsável: Jair Carlos Lopes da Rocha; Instrução: Auditora Adriana Oliveira;
174 **Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves.** Cumprindo
175 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
176 pela aprovação das contas, com ressalva, e aplicação de multa. A matéria foi colocada **em**
177 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
178 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Serviço Autônomo de Água e
179 Esgoto de Santa Izabel do Pará, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Jair Lopes da Rocha,
180 nos termos do Art. 51, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 25/94, com a expedição do Alvará
181 de Quitação no valor de R\$-1.050.526,00 (hum milhão, cinquenta mil, quinhentos e vinte e seis
182 reais). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cesar Colares. **Processo nº 410032007-**
183 **00; Fundo Municipal de Saúde de Magalhães Barata;** Prestação de Contas – Exercício 2007;
184 Responsável: Maria José Ribamar Pantoja; Instrução: Auditora Adriana Oliveira e 6ª Controladoria;
185 **Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves.**
186 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
187 manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao
188 Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu
189 seu **VOTO:** “pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de
190 Magalhães Barata, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade da Sra. Maria José Ribamar Pantoja, nos
191 termos do Art. 102, Parágrafo Único do RI/TCM, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-
192 484.455,76 (quatrocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e seis
193 centavos), após o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, da multa de R\$-3.000,00 (três mil
194 reais), na forma do Art. 120-A, II, Parágrafo Único, III do RI/TCM, pela realização de despesas com
195 combustível, no total de R\$-50.394,43, sem licitação, contrariando o Art. 2º, da Lei nº 8.666/93”. **Em**
196 **votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão
197 acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a
198 exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
199 decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de
200 Magalhães Barata, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade da Sra. Maria José Ribamar
201 Pantoja, nos termos do Art. 102, Parágrafo Único do RI/TCM, com a expedição do Alvará de
202 Quitação no valor de R\$-484.455,76 (quatrocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta



e cinco reais e setenta e seis centavos). **Por maioria:** após o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, da multa de R\$-3.000,00 (três mil reais), na forma do Art. 120-A, II, Parágrafo Único, III do RI/TCM, pela realização de despesas com combustível, no total de R\$-50.394,43, sem licitação, contrariando o Art. 2º, da Lei nº 8.666/93. Vencida a Conselheira Mara Lúcia, quanto a exclusão da aplicação da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 734002007-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Santo Antônio do Tauá;** Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Raimundo Freire Noronha; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inêz Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com aplicação de multas e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela aprovação, com ressalvas, da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Santo Antônio do Tauá, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Raimundo Freire Noronha, na forma do Art. 102, parágrafo único do RI/TCM, com o recolhimento ao FUMREAP no prazo de 30 (trinta) dias, das seguintes multas: R\$-3.001,00 (três mil e um reais), nos moldes do Art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral (superior a 90 dias); R\$-250,00 (duzentos e cinquenta reais), nos moldes do Art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa do Extrato do Fundo de Investimento do Banco do Brasil e do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social".* **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Santo Antônio do Tauá, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Raimundo Freire Noronha, na forma do Art. 102, parágrafo único do RI/TCM, com o recolhimento ao FUMREAP no prazo de 30 (trinta) dias, das seguintes multas: R\$-3.001,00 (três mil e um reais), nos moldes do Art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral (superior a 90 dias); R\$-250,00 (duzentos e cinquenta reais), nos moldes do Art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa do Extrato do Fundo de Investimento do Banco do Brasil e do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1040052008; Fundo Municipal de Saúde de Tailândia;** Prestação de Contas - 2008; Responsável: Altima Alves da Silva; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Tailândia, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Altima Alves da Silva, em favor do qual deverá ser expedido o competente Alvará de quitação, no valor de R\$-10.413.623,12 (dez milhões, quatrocentos e treze mil, seiscentos e vinte e três reais e doze centavos), após o recolhimento ao FUMREAP do valor de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 284, IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva a prestação de contas do 3º quadrimestre".* **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro



Cezar Colares e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Tailândia, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Altima Alves da Silva, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-10.413.623,12 (dez milhões, quatrocentos e treze mil, seiscentos e vinte e três reais e doze centavos), **por maioria**, após o recolhimento ao FUMREAP de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 284, IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas do 3º quadrimestre. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 1040072008-00; Fundo Municipal de Educação de Tailândia; Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Silvana Alves Vieira; Instrução: 5º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *“pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Tailândia, exercício 2008, de responsabilidade da Sra. Silvana Alves Vieira, que deverá recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, os seguintes valores: aos Cofres Municipais: R\$-150.726,22 (cento e cinquenta mil, setecentos e vinte e seis reais e vinte e dois centavos), contabilizados na rubrica “despesas a regularizar”, sem qualquer comprovação de sua regularização ou explicativa para tal lançamento contábil; ao FUMREAP: R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 284, IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas do 3º quadrimestre; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual e à Procuradoria Fazendária Municipal para as providências cabíveis”.* **Em votação:** o Conselheiro Aloisio Chaves, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Tailândia, exercício 2008, de responsabilidade da Sra. Silvana Alves Vieira, que deverá recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, os seguintes valores: aos Cofres Municipais: R\$-150.726,22 (cento e cinquenta mil, setecentos e vinte e seis reais e vinte e dois centavos), contabilizados na rubrica “despesas a regularizar”, sem qualquer comprovação de sua regularização ou explicativa para tal lançamento contábil; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual e à Procuradoria Fazendária Municipal para as providências cabíveis. **Por maioria:** ao FUMREAP, R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 284, IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas do 3º quadrimestre. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 1040062008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Tailândia; Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Higia Maria Coelho de Frota; Instrução 5º Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com aplicação de multas e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O



Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Tailândia, exercício 2008, de responsabilidade da Sra. Higia Maria Coelho de Frota, que deverá recolher ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, as seguintes multas: R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 284, IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas do 3º quadrimestre; R\$-5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa com base no Art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, pelas contas irregulares em função de grave infração à norma legal referente a despesa realizada sem processo licitatório; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual".* **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Tailândia, exercício 2008, de responsabilidade da Sra. Higia Maria Coelho de Frota, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, das seguintes multas: R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 284, IV do RI/TCM/Pa, pela remessa intempestiva da prestação de contas do 3º quadrimestre; R\$-5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa com base no Art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, pelas contas irregulares em função de grave infração à norma legal referente a despesa realizada sem processo licitatório. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cesar Colares. **Processo nº 320062011-00; Fundo Municipal de Educação de Igarapé-Açu; Prestação de Contas – Contas anuais de Gestão – Exercício 2011; Responsável: Sandra Miki Uesugi Nogueira; Instrução 4º Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Educação de Igarapé-Açu, exercício de 2011, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias, da multa no valor de R\$-1.000,00, pelo não repasse ao INSS das contribuições retidas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cesar Colares. **Processo nº 320082012-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Igarapé-Açu; Prestação de Contas – Exercício 2012; Responsável: Sandra Miki Uesugi Nogueira; Instrução 4º Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Igarapé-Açu, exercício de 2012, com recolhimento ao FUMREAP no prazo de 15 (quinze) dias, de multa no valor de R\$-2.000,00, pelo não repasse ao INSS das contribuições retidas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cesar Colares. **Processo nº 324102012-00; Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e do Adolescente de Igarapé-Açu; Prestação de**



324 Contas – Contas anuais de Gestão – Exercício 2012; Responsável: Sandra Miki Uesugi Nogueira;
325 Instrução 4º Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator:
326 Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
327 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria
328 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
329 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo
330 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Igarapé-Açu, exercício de 2012,
331 com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias, de multa no valor de R\$-1.000,00,
332 pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas, com base no Art. 120-A, II, do
333 RI/TCM/PA. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cesar Colares. **Processo nº**
334 **843112003-00; FUNPREV de Tucuruí; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável:**
335 **Robson Tavares Gonçalves; Leonardo Macieira; Ministério Público: Procuradora – Maria Regina da**
336 **Cunha; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo. Retirado de pauta. **Processo nº 201203457-00;****
337 **Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém –**
338 **CODEM/PMB; Recurso de Revisão contra o Acórdão nº 21.718, de 10/01/2012, que deu**
339 **provimento parcial ao Recurso de Reconsideração interposto contra o Acórdão nº 19.383, de**
340 **02/03/2010, que negou aprovação a prestação de contas do exercício de 2001; Responsável:**
341 **Everaldo Carmo da Silva; Instrução 6º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral –**
342 **Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Retirado de pauta. **Processo nº****
343 **201208270; Fundo Municipal de Educação de Nova Timboteua; Recurso de Reconsideração**
344 **contra a Decisão do Acórdão nº 21.831, de 16/02/2012 (Prestação de contas de 2002); Interessada:**
345 **Manoel Nogueira de Souza; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral –**
346 **Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Auditora convocada para apresentar proposta de Decisão:**
347 **Adriana Oliveira (Conselheiro Sérgio Leão). Retirado de pauta. **Processo nº 201306794-00;****
348 **Serviço de Atendimento em Reabilitação Saber; Prestação de Contas do Convênio nº**
349 **005/2013, entre FUNPAPA e Serviço de Atendimento em Reabilitação Saber – Exercício 2013;**
350 **Responsável: Bernardo Nunes de Moraes Junior; Instrução 6º Controladoria; Ministério Público:**
351 **Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo**
352 **dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se**
353 **pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu**
354 **seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela**
355 **aprovação das contas do Convênio nº 005/2013 – AJUR/FUNPAPA, firmado entre a Fundação Papa**
356 **João XXIII / FUNPAPA e o Serviço de Atendimento em Reabilitação - SABER, nos termos do Art. 51,**
357 **da Lei Complementar nº 25/94, com a expedição do Alvará de Quitação. **Processo nº****
358 **201307540-00; Centro Comunitário São Paulo; Prestação de Contas do Convênio nº**
359 **007/2013, entre FUNPAPA e Centro Comunitário São Paulo – Exercício 2013; Responsável: Telma do**
360 **Socorro Mercês da Silva; Instrução 6º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da**
361 **Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público**
362 **ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi**
363 **colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a**



Decisão: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 007/2013, firmado entre a Fundação Papa João XXIII/FUNPAPA e o Centro Comunitário São Paulo, nos termos do Art. 51, da Lei Complementar nº 25/94, com a expedição do Alvará de Quitação. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 24: **Processo nº 201218204-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1410/12, de 16.10.2012; Interessada: Maria do Pilar Carneiro; Ministério Público: Procuradora: Maria Inêz Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201300142-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1663/12, de 07.12.2012; Interessado: Vicente de Paula Vasconcelos Rabelo; Ministério Público: Procuradora: Maria Inêz Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201304189-00; IPAMB/PMB; Pensão – Portaria nº 0083/13, de 25.02.13; Interessadas: Mônica Franco de Castro da Silva, Viúva e filhas menores; Ministério Público: Procuradora: Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201100542-00; Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre; Recurso inominado, contra a decisão do Acórdão nº 17.925 de 02.12.2008 (Aposentadoria); Exercício 2011; Responsável: Sandra Madalena de Vasconcelos Costa; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e assim manifestou-se: "*não se trata de Recurso propriamente dito, mas sim de Ato encaminhado para registro, considerando que no Recurso em tela, o IPM de Monte Alegre encaminha novo Ato aposentatório e novos documentos para justificar a composição dos proventos. Nesse diapasão, a partir da análise procedida pelo órgão técnico (fls. 138/142), o novo Ato preenche todas as formalidades pertinentes e apresenta correto cálculo do provento, logo, o Ministério Público de Contas opina pelo registro da Portaria nº 040/2012 de 19.06.2012*". A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo não conhecimento do Recurso, com o registro da Portaria 040/2012, de 19.06.2012, expedida pelo Presidente do Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre, que aposenta por tempo de contribuição a servidora Maria Madalena de Vasconcelos Costa, no cargo de "Professor Regente", com fulcro no art. 6º, da EC 41/03 c/c o § 5º do Art. 40 da CF/88, com proventos no valor de R\$-1.866,00 (hum mil, oitocentos e sessenta e seis mil reais). **Processo nº 201120193-00; Secretaria Municipal de Saúde de Belém - SESMA; Contrato Temporário celebrado com Maria do Socorro Angelin da Silva e outros; Exercício 2011; Interessada: Sylvia**



Cristina Souza de Oliveira Santos; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrário ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro dos Contratos Temporários firmados entre a Secretaria Municipal de Saúde - SESMA e Maria do Socorro Angelin Silva e outros, para o exercício das funções de Agentes Comunitários de Saúde, Médico, Enfermeiro e Técnico em Enfermagem. **Processo nº 201410746-00; Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia; Subsídios – 2014 – Lei Municipal nº 1199/2014, concede reajuste salarial aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Conceição do Araguaia; Interessada: Valter Rodrigues Peixoto; Ministério Público: Procuradora - Maria Inez Gueiros; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha Pessoa. Retirado de pauta. Processo nº 201114127-00; Câmara Municipal de Novo Repartimento; Outros – Resolução nº 004/2011, que dispõe sobre a concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores da Câmara - 2011; Responsável: Arinei da Silva Meireles; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Retirado de pauta. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**. O Conselheiro Aloísio Chaves pediu a palavra para desejar um abençoado Círio aos servidores, Conselheiros e Ministério Público de Contas, no que foi acompanhado pelos demais Conselheiros presentes, bem como pela Procuradora do Ministério Público de Contas. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e dez minutos da qual foi lavrada a presente Ata.**

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em nove de outubro de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheira Vice - Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**
Presidente da Sessão